

A pluriatividade estimulada pela agroindústria sucroalcooleira no Brasil

Sonia Segatti

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Faculdade de Ciências e Tecnologia

Campus de Presidente Prudente

ssegatti@msn.com

Resumo: Busca-se neste texto apresentar a ascendência da pluriatividade no desenvolvimento rural, principalmente em regiões cujo desenvolvimento tem se dado pela industrialização da agricultura motivada pela expansão hegemônica do capital voltado à produção de bioenergia, advindo da agroindústria sucroalcooleira. Para tanto, foi feita uma síntese das fases da geografia no rural brasileiro e um breve estudo das relações entre o rural e o urbano em seus vários aspectos.

Palavras-chave: agroindústria sucroalcooleira, desenvolvimento rural, pluriatividade.

Abstract: It is looked for in this text to present the origin of the pluriactivity in the rural development, mainly in regions whose development has if given by the industrialization of the agriculture motivated by the expansion hegemonic of the capital returned to the bioenergia production, happening of the sucroalcooleira industry. For so much, it was made a synthesis of the phases of the geography in the rural Brazilian and an abbreviation study of the relationships between the rural and the urban in their several aspects.

Key-words: sucroalcooleira industry, rural development, pluriactivity.

1. Introdução

“Um breve histórico das fases da geografia no rural brasileiro” nos remeterá ao estudo de como se dá “as relações entre o rural e o urbano em diferentes prismas”, desde o crescente aumento das diferenças entre o mundo rural e o urbano que se deu tanto quantitativa quanto qualitativamente, bem como mostrará que essas diferenças se deram em diversos âmbitos (ocupacionais; ambientais etc). Entre outros autores citados, o item reforça a teoria de Abramovay (1998) sobre ruralidade e apresenta conclusões obtidas no Projeto Rurbano (fases I e II) por Graziano da Silva, *et all* (2002) contribuindo para se derrubar alguns velhos mitos sobre o mundo rural brasileiro, e explicando que infelizmente, os mesmos servem também para criar outros novos mitos.

O item relacionado à “industrialização da agricultura ditada pelo capital” foi elaborado para explicar, dentro do contexto, que a destruição da economia natural através do conhecimento e controle cada vez maior da natureza, faz com que o setor agropecuário como um setor autônomo desapareça e se converta num ramo da própria indústria, onde ocorre então a subordinação da natureza ao capital, provocando, portanto, a transformação das relações sociais de produção com seus instrumentos de trabalho, invertendo a função desempenhada pelo trabalhador rural que passa do papel ativo e integral para o de um trabalhador parcial e mecanizado.

Mostra-se, na subsequência, a preocupação com o futuro da produção de alimentos após a entrada do Proálcool em 1975, e na atual circunstância, com “a arrancada da agroindústria sucroalcooleira e suas conseqüências”, dentre elas as contratações de pequenos produtores rurais para cargos de tratoristas e motoristas. Destaca-se também a passagem do Complexo Rural para os Complexos Agroindustriais que faz com que a agricultura perca a sua regulação geral que era dada pelo mercado externo e interno, impondo uma participação maior do Estado na formulação de políticas específicas para cada complexo agroindustrial, agindo como regulador na definição, citando as bases organizacionais em que o setor sucroalcooleiro se situa no território brasileiro.

No item “a ascendência da pluriatividade no desenvolvimento rural impulsionado pelo setor sucroalcooleiro”, explica-se que, em função da maior mecanização agrícola, principalmente dos tratos culturais e da colheita, a partir dos anos 1990, dá-se a queda do emprego agrícola, provocando o crescimento das Ocupações Rurais Não Agrícolas – ORNAs, que se deve não ao setor agrícola propriamente dito, mas sim às demandas urbanas por bens e serviços não-agrícolas. Ainda a leitura desse item nos remete ao entendimento de como a mão-de-obra excedente da agricultura modernizada tem sido absorvida por novas atividades tanto agrícolas como não-agrícolas. Para tanto, há citações de diversos autores sobre definições de pluriatividade com explicações sobre o “como, onde e porquê” do surgimento da mesma.

2. As fases da geografia no rural brasileiro.

Ferreira (2001) destaca quatro fases da literatura geográfica até a década de 30 do século XX:

- a) do descobrimento à metade do século XVIII: trabalhos de cunho não-científico por cronistas, aventureiros e comerciantes em crônicas e relatórios;
- b) primeira metade do século XIX, vinda de viajantes estrangeiros que observaram e colheram informações e material para estudos;

c) Entre o Período Imperial e a Primeira República cientistas visitaram ou viveram no Brasil e se ocuparam com trabalhos de campo, levantamentos em determinadas áreas e problemas em que o governo pretendia investir, com pouca reflexão científica;

d) Fins do século XIX e início do XX alguns trabalhos de cunho literários demonstraram preocupação em estudar o processo de conquista e ocupação do território brasileiro. Autores: Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha e Joaquim Nabuco.

Após 1930 ocorre a proliferação de estudos sobre a realidade brasileira. Autores como Gilberto Freyre, Caio Prado Jr e Sérgio Buarque de Holanda caracterizam a realidade nacional, utilizando-se de denominações variadas: agrária, agrícola, rural, da agricultura e priorizava o econômico, o espacial e o social.

Até as décadas de 1930 e 1940 a geografia apresentava divisão dual: física e humana. A partir da década de 1950 a agricultura de hegemonia passou a ser coadjuvante num sistema econômico em que a indústria era precursora, com a conseqüente divisão social do trabalho e, portanto, o campo passa a viver em função da cidade. Datam da década de 1950 contribuições relativas à definição e ao objeto da Geografia Agrária por geógrafos estrangeiros de renome: Léo Waibel, Elio Migliorini, Daniel Faucher e Pierre Geoge.

A Geografia Agrária da década de 1950 era imprecisa quanto à sua definição, representativa como campo de interesse e numerosa quanto à produção científica. O geógrafo estava preocupado em estudar a atividade agrícola evidenciada na paisagem e distribuída pela superfície da terra em função dos condicionantes naturais, dos sistemas econômicos (cultivos) e da população (habitat, modo de vida).

Valverde (1961) afirma que a Geografia Agrária deveria ser considerada no âmbito da Geografia Econômica e não isoladamente e, se interessar pelos sistemas agrícolas e não pelos produtos agrícolas, pelas formações econômicas e não pelos métodos agrícolas. O geógrafo deve explicar a função que cada elemento desempenha na atividade agrícola. Considera ainda que “o homem precisa viver e está sujeito às leis econômicas, e como produto do meio social em que vive ele é portador de uma cultura que se manifesta de várias maneiras na paisagem” (VALVERDE, 1961, p.431). Portanto, a estrutura agrária restringe-se às relações homem e solo cultivado, sem dar conta das relações sociais estabelecidas no processo de produção.

Na década de 1970, a preocupação dos autores passou a ser em determinar qual o campo e a metodologia que melhor se adaptam aos estudos agrários em função das grandes mudanças com a modernização da agricultura, que leva ao campo novas formas de produção e relações de trabalho mais apropriadas à lógica do sistema capitalista, sendo que a indústria passa a ser produtora de insumos para o campo e consumidora das matérias-primas agrícolas. Estudos esses feitos por autores como : Megale (1976), Diniz (1973), Gusmão (1978), Ceron & Gerard (1979).

Mudanças na Geografia Agrária Brasileira foram conseqüências das comissões da União Geográfica Internacional e do movimento de renovação paradigmática da Geografia, que estabelece uma ótica social no pensar o agro (década de 80 do século XX). A Geografia Agrária precisa responder e compreender o processo de transformação por que passa o meio rural, cobrança esta de autores como: Teixeira (1981), Longo (1983), Diniz (1984), Bray (1987), Galvão (1988). Diniz (1984) consegue traçar de forma mais completa a história da Geografia Agrária no Brasil, pois discute todas as transformações por que passou a Geografia. Ano de 1977: reformulação na estrutura do IBGE.

3. As relações entre o rural e o urbano em diferentes prismas

Sorokin, Zimmerman e Galpin (1986) destacam que o crescente aumento das diferenças entre o mundo rural e o urbano se deu tanto quantitativa quanto qualitativamente, e que essas diferenças se deram nos âmbitos ocupacionais; ambientais; no tamanho das comunidades; na densidade populacional; na homogeneidade e na heterogeneidade das populações; também na diferenciação, estratificação e complexidade social; na mobilidade social; na direção da migração; e no sistema de integração social.

A partir dessas características diferenciais do mundo rural e do mundo urbano conclui-se que as mesmas foram se intensificando com o advento da revolução industrial, sempre tendo como base a diferença ocupacional, pois é a partir da ocupação que se define qual é população rural e urbana.

O fato de o homem rural estar exposto às intempéries do tempo e em relação direta com a natureza mais do que uma pessoa que vive na cidade, estava presente no passado tanto quanto nos dias atuais e desenvolveram-se gradualmente com o crescimento das cidades, promovendo uma correlação negativa entre o tamanho da comunidade e a percentagem da população ocupada na agricultura.

Sorokin *et all* (1986) quando citam essa diferença na densidade populacional, destacam que não é possível garantir os meios de subsistências através de uns poucos acres de terra. Hoje, deve-se levar em consideração o desenvolvimento tecnológico e as linhas de financiamentos como o Pronaf (no Brasil) que podem propiciar tal possibilidade em pequenas áreas.

Enfatizam no prisma econômico que “as comunidades rurais têm sido os centros de produção de um excedente de seres humanos e as comunidades urbanas os centros de seu consumo” (SOROKIN *et all*, 1986, p.217). Atualmente esse processo se desacelerou consideravelmente.

Em relação ao destaque que deram no prisma social, pode-se observar que nos dias atuais, devido o desenvolvimento tecnológico e os meios de comunicação que provocam a interação entre o rural e o urbano, diminuiu a diversidade entre seus habitantes, mesmo nos costumes, o que provoca uma mudança do paradigma citado:

“ [...] o sistema de interação de um urbanista é superficial e totalmente mecânico. [...] O sistema de interação rural é menos diversificado externamente e tem um número menor de padrões empregados para várias classes de pessoas.[...] Ele vai além da “roupagem social” de um homem e se aproxima do seu coração, alma ou personalidade” (SOROKIN *et all*, 1986, p.223 e 224).

Pela afirmação de Queiroz (1979), não se pode estudar e compreender perfeitamente nenhum grupo do meio rural desvinculando-o de sua posição na sociedade global brasileira ou sociedade urbana. Devido a complexidade e riqueza das relações campo-cidade atuais, em que o rural está mais subordinado e inferiorizado ao urbano, a autora verifica que existiram no meio rural processos independentes e também limitados à sociedade urbana moderna, ou seja, processos criadores de cidades.

Já a afirmação de Singer (1973) é de que o poder político no campo é descentralizado e abrange uma área limitada, pois é o poder local exercido pelos detentores da propriedade da terra, enquanto que a cidade domina politicamente o campo, pois é a sede do poder impondo sua autoridade e sua lei. Como sede recebe um fluxo de recursos do campo sob forma de tributos para sustento de uma parcela da

população urbana. Não se pode desconhecer a presença de certas atividades agrícolas em cidades, muitas vezes praticadas na periferia. Não é economicamente auto-suficiente. A cidade sempre depende do campo. O campo depende da cidade a partir de um certo grau de especialização das atividades. Por isso há o domínio da cidade sobre o campo.

Enquanto Lefebvre (1968-1970) destaca dois tipos de sociedade global: sociedade rural e sociedade urbana, Redfield (1961-1962) destaca três estruturas e organizações sociais: a) a **sociedade tribal**: onde não existe concentração urbana. b) **sociedade agrária**: onde a cidade é que organiza e domina o meio rural, do qual é dependente em relação ao abastecimento para suprir seu consumo de alimentos. c) **sociedade urbana**: onde a cidade é totalmente desvinculada do campo, impondo ao setor rural seu gênero de vida e sua estratificação social de base econômica. Seu desenvolvimento depende do desenvolvimento tecnológico.

No Brasil esses três tipos de sociedade podem ser concomitantes no tempo e no espaço. Conforme a sociedade e o momento histórico, as relações, os processos de mudanças de predominância, os processos em curso e os equilíbrios serão divergentes.

Para compreender o desenvolvimento de uma cidade no Brasil deve-se investigar a que meio rural ela pertence. Queiroz (1979), cita que a partir do século XIX, as cidades brasileiras foram mais ou menos aburguesadas, diferenciadas e heterogêneas internamente, e a medida que o meio rural se entendesse mais ou menos rico e progressista as cidades seriam mais ou menos afastadas. Assim as funções das cidades se ampliam com o desenvolvimento do comércio e serviços, fazendo com que se crescesse a distância social entre cidade e campo, trazendo uma verdadeira ruptura cultural.

Singer (1973), que examina as transformações das relações entre campo e cidade ocorridas no contexto histórico latino-americano, discute que tamanho da população ou densidade demográfica para distinguir campo e cidade só tem sentido numa situação histórica dada e, que para se discutir campo e cidade ao longo de um período histórico, o critério formal tem que ser substituído por uma noção mais ampla e multiforme que seja política e econômica, partindo de uma divisão de poderes e de atividades entre campo e cidade. As técnicas de produção agrícola passam a ser necessárias à medida que o tumultuoso crescimento da população urbana se desenvolve. É uma nova etapa nas relações entre campo e cidade na América Latina.

Na leitura de Godoy e Bray (2003) vimos através de Reis Filho e Oliveira, que o Brasil teve um caráter urbano antes mesmo do rural pela ação urbanizadora do sistema colonial português. A fundação de vilas, freguesias e povoados ocorria como uma técnica de apropriação territorial, tendo como papel específico a demarcação de fronteiras para garantir o domínio sobre as terras conquistadas. Portugal já realizava uma política urbanizadora no Brasil no século XVI com controle político, militar e religioso para o domínio e escoamento de mercadorias. O espaço urbano representava não só o poder do Estado como também o da igreja católica.

Abramovay (1998) lança o desafio de se discutir o que se fazer diante da constatação dos piores indicadores de desenvolvimento concentrados nas áreas rurais (isto globalmente). Supõe uma nova definição como “ruralidade” sobre o meio rural, que não o condene de antemão ao esvaziamento social, cultural, demográfico e econômico. No Brasil, há um vício de raciocínio na maneira de definirem as áreas rurais como atraso, carência de serviços e falta de cidadania.

Ruralidade, segundo Abramovay (1998), é um conceito de natureza territorial e não-setorial. As cidades não são definidas pela indústria, assim como o campo não é definido pela agricultura. Conforme as economias rurais se desenvolvem menos tendem

a serem dominadas pela agricultura. As unidades de análise não são os sistemas agrários nem os sistemas alimentares, mas as economias regionais. Portanto, desenvolvimento rural é um conceito espacial e multissetorial e a agricultura é parte dele.

Reforçando essa teoria de Abramovay vêm Graziano da Silva, *et all* (2002) apresentar como conclusões obtidas no Projeto Rurbano (fases I e II) a contribuição para se derrubar alguns velhos mitos sobre o mundo rural brasileiro, explicando que, infelizmente, os mesmos servem também para criar outros novos mitos.

Como velhos mitos destacam: a) o rural é sinônimo de atraso; b) o rural é sinônimo de agrícola; c) o êxodo rural é inexorável; d) desenvolvimento agrícola leva ao desenvolvimento rural; e) a gestão das pequenas e medias propriedades rurais é essencialmente familiar. Como novos mitos destacam: a) As Ocupações Rurais Não-Agrícolas – ORNAs – são a solução para o desemprego; b) As Ornas podem ser o motor do desenvolvimento nas regiões atrasadas; c) a reforma agrária não é mais viável; d) o novo rural não precisa de regulação publica; e) o desenvolvimento local gera automaticamente desenvolvimento.

Ainda explicam que o Novo Rural compõe-se de três grandes grupos de atividades:

1. uma agropecuária moderna baseada em *commodities* intimamente ligada às agroindústrias.
2. um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços.
3. um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos especiais de mercado.

4. A industrialização da agricultura ditada pelo capital

Para Graziano e Kageyama (1996), foi mesmo a partir da proletarização do camponês e da destruição de sua economia natural, citadas por Marx, que se criaram as bases para o desenvolvimento do modo capitalista de produção e, explicam Lênin (1974:54):

Da agricultura se separam, um após o outro, diferentes tipos de transformação (e de operações destas transformações) das matérias-primas, formando ramos industriais com existência própria, trocando seus produtos (mercadorias) por produtos da agricultura. Transformando assim a própria agricultura em indústria (em produção de mercadorias), operando nela o processo de especialização (GRAZIANO, KAGEYAMA, 1996, p.1).

A destruição da economia natural através do conhecimento e controle cada vez maior da natureza, aliados esses à possibilidade da reprodução artificial das condições naturais da produção agrícola e pecuária (irrigação, adubação, inseminação, transferência de embriões, fecundação *in vitro*, etc), podem ser entendidos como industrialização da agropecuária, ou seja, quando a agropecuária como um setor autônomo desaparece e se converte num ramo da própria indústria ocorre então a subordinação da Natureza ao capital.

A industrialização da agropecuária transforma as relações sociais de produção com seus instrumentos de trabalho, o que provoca a inversão da função desempenhada pelo trabalhador rural que passa do papel ativo e integral para o de um trabalhador parcial e mecanizado.

No Brasil, o Complexo Rural tinha sua dinâmica determinada pelas flutuações do comércio exterior (complexo cafeeiro) e no interior das fazendas produziam-se não

só produtos para exportação, mas também manufaturas, equipamentos simples para produção, transportes e habitação. A divisão social do trabalho era incipiente, pois os bens produzidos eram destinados ao uso e não ao mercado. O mercado interno estava na fase embrionária como descreve a seguir Graziano e Kageyama (1996).

A partir dos anos 50 do século XIX foi estimulada a demanda urbana pelas atividades complementares como os bancos, as estradas de ferro, as fábricas têxteis etc, financiadas pelos excedentes acumulados pelos próprios fazendeiros de café. A ameaça ao Complexo Rural se acelerou com a crise de 1929 e atingiu seu apogeu nos anos 50 do século XX, quando se internalizou do setor industrial produtor de bens de capital e insumos básicos, dominados pelos Complexos Agroindustriais - CAIs, transformando a agropecuária de hoje numa estrutura (redes) composta de segmentos constitutivos (CAIs, Sistemas Agroindustriais, Cadeias Produtivas, etc) com suas dinâmicas específicas e interligadas aos setores industriais fornecedores de insumos e processadores dos produtos agrícolas.

A forma de associar atividade e território, do ponto de vista econômico e social, principalmente no âmbito da inserção na economia local, é “como se dá a interação e integração das famílias, domicílios, indivíduos ou empresas nas redes econômicas e sociais locais, e nos mercados locais e nacionais” (KAGEYAMA, 1998, p.538). A autora ainda sugere a inserção das empresas familiares numa economia local via *filière*, ou seja, ligadas a uma cadeia produtiva e conectada a um sistema local, via CAIs.

4.1. A arrancada da agroindústria sucroalcooleira e suas conseqüências

A agroindústria sucroalcooleira tem sua arrancada a partir de 1973, e se lança na produção do álcool combustível, ocasionando um grande impacto na agroindústria de açúcar e álcool e na agricultura. Tal fato foi motivado pelo choque do petróleo.

Nos estudos de Graziano e Kageyama (1996), o Estado comandou a viabilização do projeto modernizante da agricultura, inclusive do setor sucroalcooleiro, mas ao mesmo tempo em que viabilizava não proveu mecanismos compensatórios sobre seus efeitos sociais na estrutura agrária, nos recursos naturais, nos desequilíbrios do abastecimento alimentar, na concentração da renda, nas disparidades regionais e, principalmente, no êxodo rural. Gonçalves Neto (1977) destaca que Homem de Melo se preocupou com o futuro da produção de alimentos após a entrada do Proálcool em 1975. Isto num prenúncio do que viria a acontecer em outras bases nos dias atuais, embora se diga que no Brasil a expansão da cana-de-açúcar para etanol não é feita em áreas de produção de alimentos, visualiza-se que com as exportações dessa e outras *commodities* a preocupação do autor em relação à alta de preços não foi fantasiosa.

A passagem do Complexo Rural para os Complexos Agroindustriais faz com que a agricultura perca a sua regulação geral que era dada pelo mercado externo e interno, impondo uma participação maior do Estado na formulação de políticas específicas para cada complexo agroindustrial, agindo como regulador na definição de parâmetros de rentabilidade dos capitais empregados e como árbitro das contradições que se internalizam nesses novos complexos, como fixação de preços e margens dos produtos intermediários, a fiscalização da competição oligopólica, estabelecimento de cotas de exportações etc. Isto faz com que haja lobbies de interesses específicos deste ou daquele setor, tendendo a uma corporativização (ou privatização) do próprio aparelho de Estado, como também explica Gonçalves Neto (1977).

O setor sucroalcooleiro no território brasileiro está organizado em três estágios: a citada produção da matéria-prima (plantação e cultivo); industrialização do açúcar e álcool, e a comercialização do produto final. O Brasil detém 35% da produção mundial de etanol e é o maior exportador de açúcar na atualidade.

5. A ascendência da pluriatividade no desenvolvimento rural impulsionado pelo setor sucroalcooleiro

A mão-de-obra excedente da agricultura modernizada tem sido absorvida por novas atividades tanto agrícolas como não-agrícolas, devido principalmente ao fato de a produção agrícola ocupar menos tempo total de trabalho das famílias rurais, tornando-as menos ocupadas. Constatam-se, na maioria dos setores, que o que mais se destaca são as profissões que requerem baixa qualificação e pouca escolaridade e no campo o ramo da prestação de serviços se sobressai.

A queda do emprego agrícola se dá a partir dos anos 1990, em função da maior mecanização agrícola, principalmente dos tratos culturais e da colheita. O crescimento das ORNAs se deve não ao setor agrícola propriamente dito, mas sim às demandas urbanas por bens e serviços não-agrícolas. Existem pelo menos três milhões de famílias com alguma forma de pluriatividade no Brasil. Graziano da Silva *et all* (2002) destacam que a renda média per-capita das famílias agrícolas é inferior à das pluriativas.

Kageyama (1998) reflete que a agricultura de tempo parcial não é um fenômeno temporário de transição no desenvolvimento agrícola, mas sim uma forma bem definida e persistente de relacionamento intersetorial em muitos países. Ainda a autora destaca que, segundo Figueroa (1997), a economia rural está sempre integrada a uma cidade e a economia regional, combinação de uma cidade e seu entorno rural, é o contexto adequado para compreender o desenvolvimento rural.

Alentejano (1999) explica que pluriatividade ou agricultura em tempo parcial não são sinônimas – há diferenças entre si. Na década de 80 do século XX, se dá a origem da noção de pluriatividade na Europa e na de 90 ganha espaço no Brasil, com poucos pesquisadores e controvérsias devido à análise da realidade brasileira. Surge uma expressiva parcela de pluriativos dentre os agricultores familiares, mesmo com o reconhecimento de que o padrão de modernização se baseou na grande agricultura patronal.

O desenvolvimento da pluriatividade significa uma forma de acentuação da exploração capitalista na medida em que faz parte do conjunto de transformações em curso no mundo de hoje, que apontam para a flexibilização e precarização das relações de trabalho e a ampliação da margem do lucro dos capitalistas. Não se pode, porém, ignorar o caráter de resistência que está presente em muitas formas de trabalho pluriativo, que representam uma negação da expansão das formas capitalistas de organização do trabalho e da produção (ALENTEJANO, 1999, p.150).

De acordo com Perondi (2004), o termo “pluriativo” pode ser entendido quando um agricultor que vive exclusivamente da agricultura entra em crise e passa a se ajustar via estratégias não agrícolas. Ainda considera que a pluriatividade seja um produto da falência da política da especialização produtiva na agricultura. Tanto a noção de pluriatividade como de multifuncionalidade recuperam características próprias da agricultura camponesa. A agricultura passa a ser mais um modo de vida do que um meio de vida, integrado à sociedade e ancorado no território.

Vale (2006) mostra-nos que embora a influência urbana seja maior, a rural mantém-se, mesmo em propriedades de produção para auto-consumo. Entende que para os proprietários residentes nas cidades, a mesma é vista como o lugar de moradia, trabalho e consumo, enquanto o campo representa o lugar de lazer e da tranquilidade.

Wanderley (2001), em seu trabalho como professora visitante na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, discute sobre a trama social e espacial específica e as

trajetórias de desenvolvimento, que geram a dinâmica interna e externa dos pequenos municípios, sendo sua preocupação: **onde vivem, como vivem e o que vivem** os habitantes do espaço rural brasileiro. Conclui que o desenvolvimento local deveria ser amparado por uma política de desenvolvimento rural e por uma função de intermediação (que as pequenas cidades exercem entre os espaços rurais e o sistema de cidades).

Em outro artigo, Wanderley (2001) tem como proposta a reiteração da necessidade de um pacto social pelo desenvolvimento rural baseado numa concepção do meio rural como lugar específico de vida e de trabalho, que se constitua como um movimento envolvendo os habitantes do meio rural em sua diversidade, que defina pressupostos e objetivos, garantindo dinamismo de suas forças sociais, e, que reconheça a importância dos agricultores como principais personagens do campo assegurando-lhes políticas voltadas para o desenvolvimento da agricultura. Declara que a pluriatividade não significa um processo de abandono da agricultura e do meio rural, mas sim uma estratégia familiar de garantia de permanência no meio rural e os vínculos mais estreitos com o patrimônio familiar.

Com a tecnologia de alto padrão muda-se também a feição de algumas áreas rurais, principalmente no Estado de São Paulo, apresentando-se como um segmento moderno, com produção de lavouras comerciais de pouca utilização de mão-de-obra administrada por um produtor com melhor nível de instrução, embora em algumas regiões ainda se encontre uma agropecuária tradicional que se utiliza de pouca tecnologia (CAIADO; SANTOS, 2003). O calendário agrícola, a expansão/retração de áreas e a produção agropecuária, por si sós, já não explicam mais o comportamento do emprego no meio rural. Há um conjunto de atividades não agrícolas respondendo pela dinâmica populacional do meio rural.

Na microrregião de Dracena, no Oeste Paulista, visualiza-se claramente a dinâmica da pluriatividade, ou algo similar, advinda das agroindústrias sucroalcooleiras implantadas e em implantação. Nos dez municípios que integram essa microrregião, contam-se seis usinas com extensas áreas de plantio de cana-de-açúcar. Em sua maioria, elas operam em áreas arrendadas (médias e grandes propriedades), sobrepondo-se as pastagens, com características de degradação. Percebe-se, neste conjunto de propriedades, que a concentração fundiária é apenas conjuntural. O capital hegemônico que movimenta o setor sucroalcooleiro, na fase econômico-financeira atual, tem favorecido o arrendamento de terras ou a produção pelo sistema de fornecimento de matérias-primas, ao invés da imobilização de capital por meio do sistema de compra de terras

Sem levar em conta esses dados, adicionados às informações de áreas e propriedades datadas do período 2006/2007, fornecidas pelo EDR¹Dracena, demonstradas na Tabela 1, estamos assistindo à entrada avassaladora da cultura da cana-de-açúcar em todo o Oeste paulista e, particularmente nesta área de interesse, onde há o predomínio de 82,7% de pequenas propriedades com até 50 ha. Isto vem ocorrendo de maneira aleatória, sem estudos, sem consulta, sem análise de impactos e sem planejamento regional.

¹ EDR – Escritório de Desenvolvimento Regional

Tabela 1

Área/tamanho das propriedades rurais 2005/2006				
Municípios	Área Total ha (1)	Número Propriedades (2)	Propriedades de até 50 ha (3)	Percentual 3 : 2
Dracena	50.000,0	1.027	886	86,3%
Junqueirópolis	52.880,6	1.238	1.072	86,6%
Tupi Paulista	23.526,7	785	695	88,5%
Monte Castelo	25.431,2	483	402	83,2%
Nova Guataporanga	3.746,0	166	154	92,8%
Ouro Verde	29.700,0	321	249	77,6%
São João do Pau D'Alho	13.418,2	227	203	89,4%
Santa Mercedes	16.271,0	190	62	32,6%
Paulicéia	31.167,0	180	130	72,2%
Panorama	35.400,0	204	137	67,2%
TOTAL DA MRG	281.540,1	4.821	3.990	82,7%

Fonte: EDR/Dracena – 2007.

A prioridade do referido setor por médias e grandes propriedades tem se dado tanto pela preferência de produção em série como de minimização de custos transacionais. Embora se observa que somente através de marcos divisórios percebem-se as cercanias, distinguindo uma propriedade de outra.

5. Considerações finais

Com a síntese das fases da geografia no rural brasileiro fomos arremetidos a estudar o comportamento das relações entre o rural e o urbano em seus vários aspectos, tornando possível a compreensão da industrialização da agricultura motivada pela expansão hegemônica do capital voltado à produção de bioenergia e suas conseqüências em relação a demanda por mão-de-obra na região.

Detectou-se também que essa industrialização tem provocado a destruição da economia natural através do conhecimento e controle cada vez maior da natureza, fazendo com que o setor agropecuário como um setor autônomo desapareça e se converta num ramo da própria indústria, subordinando a natureza ao capital, mudando as relações sociais de produção e seus instrumentos de trabalho, invertendo a função desempenhada pelo trabalhador rural que passa do papel ativo e integral para o de um trabalhador parcial e mecanizado.

Chegou-se a conclusão de Schneider (2003), que assinalou a pluriatividade como um acontecimento constante e difundido nos espaços rurais, mesmo quando se detecta, no presente trabalho, que a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, dentro ou fora da pequena propriedade rural, não se atém somente à família mas também ao pequeno produtor rural (produtor familiar).

Mesmo não tendo atrativo pelas pequenas propriedades rurais em relação à arrendamento e/ou parceria, as usinas acenam aos produtores familiares a possibilidade de uma renda extra juntamente com a possibilidade de férias e 13º salário. A demanda por mão-de-obra na região, tanto braçal como especializada, teve uma expansão há muito não percebida, forçando a contratação e conseqüente treinamento (em caso de tratoristas) de familiares e até dos próprios pequenos produtores rurais. Gera-se, assim

um acúmulo desordenado de funções, sendo que a prioridade passa a ser o de prestador de serviços na usina, assemelhando-se a uma “pluriatividade inconseqüente ou contraditória”, além de fazer com que o **pequeno produtor** deixe em plano secundário a lida em sua propriedade para os finais de semana, tornando-as menos produtivas.

Reforça-se aqui a afirmação de Perondi (2004), de que o termo “pluriativo” pode ser entendido quando um agricultor que vive exclusivamente da agricultura entra em crise e passa a se ajustar via estratégias não agrícolas, considerando ainda que a pluriatividade seja um produto da falência da política da especialização produtiva na agricultura. A agricultura passa a ser mais um modo de vida do que um meio de vida, integrado à sociedade e ancorado no território.

7. Referências

ABRAMOVAY, R.. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

ALENTEJANO, P.R.R. **Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira?** In: TEDESCO, J.C (org). Agricultura familiar, realidade e Perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

CAIADO, A.S.C; SANTOS, S.M.M. **Fim da dicotomia rural-urbano? Um olhar sobre os processos socioespaciais**. São Paulo em Perspectiva 17 (3-4). São Paulo, 2003.

DINIZ, E. **A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica da abertura**. Dados n. 3, 1985.

FERREIRA, A.de O. **Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização**. Araraquara. Terra Livre, revista n. 16, 2001. P.39-70.

GONÇAVES NETO, W.. **Estado e agricultura no Brasil**. São Paulo: UNITEC, 1977. P. 23-49

_____. **Estado e agricultura no Brasil**. São Paulo: UNITEC, 1977. P. 51-113.

GRAZIANO DA SILVA, J.; KAGEYAMA, Â. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: GRAZIANO DA SILVA, J. (Org.). **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996. P.01-40.

GRAZIANO DA SILVA, J.; GROSSI, M.D; CAMPANHOLA, C.. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 37-67, jan.-abr., 2002.

GODOY, P.R.T de; BRAY, S.C. **Considerações sobre o espaço urbano no Brasil**. In: GERARDI, L.H.O (org). Ambientes: Estudos Geográficos. Rio Claro, 2003.

KAGEYAMA, A. Pluriatividade e Ruralidade: Alguns aspectos metodológicos. **Revista de Economia Aplicada**, Campinas, v. 2, n. 3, p. 515-551, 1998. Disponível em: <http://www.unicamp.org/projeto_rurbano/textos>. Acesso em 18 set. 2008.

LEFEBVRE, Henri, **Le Droit à la Ville**, Paris, Ed. Anthropos, 1968.

_____, **Du Rural à l'Urbain**, Ed. Anthropos, 1970,

_____, **La revoution Urbaine**, Paris, Gallimard, 1970.

PERONDI, M.A. **Agricultura como fronteira entre sociedade e natureza: novos atributos a multifuncionalidade**. In: II Encontro Anual da ANPPAS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade). Curitiba, maio/2004. Disponível em:

<http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontroGT/GT05>. Acesso em 26 set. 2008.

QUEIROZ, Maria I.P. de, Do rural e do urbano no Brasil. IN: SZMRECSANYI, T; QUEDA, O, **Vida rural e mudança social**. SP, Ed. Nacional , 1979. P. 161-176.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre, Ed. **UFRGS**.

SINGER, Paul. **Campo e cidade no contexto histórico Latino-Americano**. Cidade do México. Revista Mexicana de Sociologia, vol. 35, n. 2 ,apr-jun, 1973. P.301-319.

SOROKIN, P.; ZIMMERMAN, C.; GALPIN, C. Diferenças Fundamentais entre o mundo rural e o urbano. IN: MARTINS, J.S. **Introdução crítica à Sociologia Rural**. SP: Hucitec, 1986. P. 198-224.

VALE, A. R.. **Definindo conceito e descobrindo a plurifuncionalidade do espaço periurbano**. Rio Claro. UNESP, 2006. Disponível em: <<http://www.igeo.uerj.br>>. Acesso em 12 ago.2008.

VALVERDE, O. **A Geografia Agrária como ramo da Geografia Econômica**. Revista Brasileira de Geografia, ano 23, n. 2, p. 430-2, 1961.

WANDERLEY, M.de N.B. **Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o meio rural; estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco**. Recife, 2001.

_____. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIRRACCA, N. **Uma nueva ruralidad em América Latina?** Buenos Aires, 2001. P. 31-44.